

ATUALIZE-SE!

semana de 26 a 30 de abril



GRUPO 1

Princípios, diretrizes e objetivos da política urbana e territorialização das políticas setoriais

reunião em 26.04.21 de 9:00 às 11:00

Nesta reunião foram iniciados os trabalhos dos quatro subgrupos criados com base nas preferências dos participantes, em resposta à enquete realizada. Inicialmente foram dados informes gerais, destacando-se as novidades gerais da plataforma planodiretor.rio e a forma de organização específica do Grupo 1. Os participantes foram, então, encaminhados às suas respectivas subsalas.

Em cada subgrupo foi lido e discutido parte do material, previamente publicado na plataforma, na aba planodiretor.rio/grupo1. Todos os participantes foram avisados por e-mail da disponibilidade desse material, que consiste em dois arquivos de texto: Título 1- Corpo da Lei e Título 1 -Anexo - Ações Estruturantes. Infelizmente, devido a problemas tecnológicos, os debates foram prejudicados em algumas das subsalas.

Após o trabalho nos subgrupos, todos se reuniram na sala geral e os quatro relatores apresentaram uma síntese do que havia transcorrido nas subsalas. Durante as discussões, foram

colhidas sugestões, algumas incorporadas ao texto, na hora, pelos Subcoordenadores. Outras, bem mais extensas, foram recebidas por e-mail e tiveram o mesmo tratamento. O material com as contribuições dos representantes da sociedade foi publicado na plataforma no dia 28 de abril, conforme anunciado.

GRUPO 2

Ordenamento Territorial

reunião em 27.04.21 de 9:00 às 11:00

A reunião foi iniciada com o informe sobre a dinâmica proposta, dividida em quatro apresentações temáticas de 30 minutos cada, referentes às seções previstas na minuta do texto da lei: 1) Estrutura Urbana Básica; 2) Áreas de Restrição à Ocupação ; 3) Sistema de Centros e Subcentros; e 4) Vetores de Desenvolvimento Orientados ao Transporte. Cada apresentação temática foi iniciada com a leitura das respostas das enquetes enviadas previamente para os integrantes do grupo, seguida de debate aberto aos participantes.

Sobre a Estrutura Urbana Básica, as principais propostas respondidas na enquete e apresentadas pelas entidades durante o debate foram para inclusão e consideração na Estrutura Urbana Básica do município dos seguintes elementos: favelas, principais rios, bacias hidrográficas, orla marítima e a Baía de Guanabara, sistemas de serviços e infraestrutura, outros componentes da estrutura de transportes, como VLT, aqua vias e ciclovias e áreas para agricultura.

Sobre as Áreas de Restrição à Ocupação, foi questionado se todas as áreas já eram protegidas por legislação ambiental e foi esclarecido que as áreas propostas abrangem conceitos e extensões mais amplas. Foi sugerida a inclusão de áreas quilombolas e de populações tradicionais, dadas as suas características de proteção ambiental. Sugeriu-se que as entidades utilizassem o Mapa Colaborativo para a territorialização dessas áreas. Houve consenso sobre a definição da restrição à ocupação das áreas abaixo da cota de 3 metros, e debateu-se sobre a restrição à ocupação acima da cota de 60 metros.

Sobre o Sistema de Centros e Subcentros e os Vetores de Desenvolvimento Orientados ao Transporte, foi sugerida a inclusão de alguns possíveis centros e subcentros, como a Colônia Juliano Moreira e entorno, Rocinha e Jardim Oceânico.

Sobre os Vetores de Desenvolvimento, houve consenso aparente sobre o conteúdo apresentado. Quanto às Áreas Estratégicas, foi sugerida a inclusão das áreas de produção agrícola, dada sua importância como espaço para produção de alimentos e segurança alimentar. Foi questionada a inclusão da Ilha do Fundão e do Aeroporto do Galeão.

GRUPO 3

Instrumentos da Política Urbana

reunião em 28.04.21 de 16:00 às 18:00

A reunião tratou dos Instrumentos Financeiros e de Gestão a partir de apresentações realizadas pela equipe interna sobre Outorga Onerosa do Direito de Construir – OODC; Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios – PEUC, Operação Urbana Consorciada - OUC e Operação Urbana Simplificada. Foram abordados aspectos comparativos com os Planos Diretores de São Paulo e Belo Horizonte. Foi ressaltada a importância do debate avançar na aplicação dos instrumentos onerosos para financiamento da cidade.

Após as apresentações, foi aberta a rodada de intervenções. Um aspecto recorrente foi a demanda pela definição das áreas de aplicação dos instrumentos, a necessidade de avaliação da OUC Porto Maravilha, bem como a ênfase nos aspectos redistributivos dos instrumentos e no cuidado com a flexibilização dos parâmetros, além da atenção nos aspectos de valorização da terra quando da aplicação e da combinação dos instrumentos.

O Grupo concluiu pela adoção do Coeficiente de Aproveitamento Básico (CAB)=1 para toda a cidade, havendo consenso de que quem construir acima do básico deve pagar por isso, observando ainda que essa compreensão do mecanismo da outorga onerosa é fundamental. Foi enfatizada a importância de se estender a outorga para a cidade como um todo, de forma que onde tem infraestrutura se cobra outorga e os recursos vão para as áreas mais desassistidas; a OUC por sua vez deve ser pensada para áreas que precisam de uma reestruturação urbana. Foi levantada também a necessidade de regulamentação e criação de órgão específico para a gestão efetiva do PEUC. Foram observadas a importância da constituição de Conselhos Gestores nas Operações Urbanas e a garantia da distribuição dos recursos obtidos com a aplicação dos instrumentos ser orientada por interesse público e interesse social com definição clara de percentuais.

GRUPO 4

Estratégias de Implementação, Acompanhamento e Gestão democrática do Plano Diretor

reunião em 29.04.21 de 9:00 às 11:00

A reunião foi iniciada com a apresentação dos resultados da enquete enviada aos participantes e com a consequente revisão do método de trabalho, que passará a contar com uma discussão única sobre todos os temas e não mais a divisão em subgrupos. Posteriormente foram apresentados os objetivos e diretrizes do Título IV da proposta de revisão do Plano Diretor, a estrutura correspondente a esse Título no Plano atual e o que foi efetivamente implementado e, por fim, a proposta de uma nova estrutura com alterações nos sistemas existentes e a introdução de novos. Houve uma exposição resumida de cada um deles (SIPLAN, SICOS, SIURB, SIMDEC, SMINOVA e SIEV) através de seus objetivos, composição e atribuições.

Com a abertura da fala aos participantes, houveram contribuições importantes como a inclusão da instância governamental, a criação de um fórum permanente de acompanhamento com a participação da sociedade civil, a integração das ações do Plano Diretor com o orçamento e a adoção de uma linguagem mais simples e acessível para melhor entendimento das questões por parte da população em geral, entre outras. A reunião foi bastante propositiva e as sugestões dadas serão avaliadas pela equipe para incorporação ao texto que será debatido nos próximos encontros.

GRUPO 5

Parcelamento do Solo

reunião em 26.04.21 de 16:00 às 18:00

O resultado da enquete submetida aos participantes do Grupo na reunião e na semana anterior pautou o agrupamento dos grandes temas para apresentação e discussão dessa seção e das seguintes. Os doze temas foram reunidos em grupos de quatro para serem debatidos em três sessões, deixando-se a última para contribuições com novos temas ou retorno àqueles que se entenda ser necessário estender ou aprofundar.

Foi feita uma breve apresentação dos resultados da enquete e da classificação sugerida dos temas, além de tópicos relativos a cada um dos temas tratados na legislação vigente de 1970 e na proposição de 2018. Coube nesta primeira reunião, a discussão dos seguintes temas: Obrigações na Execução de Obras de Urbanização, Defesa das Encostas, Categorização de Lotes e Defesa dos Logradouros.

Aberta a sessão à participação dos representantes das entidades inscritos pela *sala de bate-papo*, os dois primeiros temas foram predominantes nas contribuições e comentários.

A próxima reunião, na qual teremos apresentações da Fundação RIO-Águas e da Secretaria Municipal do Meio Ambiente da Cidade (SMAC), tratará dos temas: Definição de Diretrizes Territoriais, Defesa dos Cursos d'Água, Defesa da Paisagem e Reconhecimento de Logradouros.

GRUPO 6

Uso e Ocupação do Solo

reunião em 27.04.21 de 16:00 às 18:00

Teve início a dinâmica de divisão do Grupo em subgrupos temáticos relacionados ao conteúdo do Título, da seguinte forma:

Subgrupo 1 - Zoneamento e Parâmetros Urbanísticos - A discussão se pautou na proposta do Zoneamento, com a apresentação dos conceitos de Zonas a serem aplicadas no território Municipal. A criação da Zona de Especial Interesse Social - ZEIS para favelas e loteamentos declarados AEIS atualmente foi bem recebida pelos participantes, com proposta de criação de

outras subcategorias de ZEIS, como a de promoção de HIS. Houve críticas à adaptação de algumas Zonas da legislação vigente à uma nova nomenclatura.

Subgrupo 2 - Usos e Atividades: critérios e formas de controle - EIV/RIV. Foi feita uma apresentação relatando o histórico do tratamento dos usos e atividades a partir do Decreto 322/76, com a tipologia como forma de controle da intensidade dos usos, até o tratamento dos Planos de Estruturação Urbana (PEUs) mais recentes, baseados no controle dos impactos no meio urbano, utilizando as regras aplicadas pelos órgãos responsáveis pelo sistema viário e pelo meio ambiente.

Subgrupo 3 - Grupamentos - Foi feita uma breve introdução, onde foram esclarecidos os conceitos de grupamentos e seus diferentes tipos; a diferença entre grupamento e loteamento; conceito de vias internas; as obrigações de doações de um grupamento e o que é um grupamento de áreas privativas. A discussão seguiu com comentários. Ao longo da semana foi enviado, para os participantes externos, o texto comentado dos principais itens discutidos e do texto integral da legislação proposta para exame, propositura de alterações e discussão na próxima reunião.

Após o período de discussão de cada Subgrupo, o Grupo 6 completo se reuniu em uma mesma sala para ouvir o relato das discussões ocorridas nos Subgrupos, seguida de debate. Foi apontada a grande proximidade entre os temas tratados nos Subgrupos 1 e 2 e do Grupo 3 - Grupamento, com o Parcelamento do solo.

PLENÁRIA 2

reunião em 30.04.21 de 16:00 às 19:00

Essa plenária contou com a participação de mais de cento e cinquenta participantes pelo Zoom e transmissão ao vivo para o Youtube pelo canal da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. Teve início com a apresentação das novidades na plataforma planodiretor.rio, como o Caderno Ilustrado do Diagnóstico, o Mapa Colaborativo para todos os grupos, e todo o material disponibilizado pelos seis grupos de trabalho, com acesso irrestrito. Foi também comentado o resultado parcial da primeira enquete (mais de 6.300 respostas), além da seção Contribua! com 246 sugestões até esta data.

Em seguida, foi proposto que os representantes das entidades participantes dos grupos de trabalho realizem apresentações sobre os assuntos em discussão pelos diversos grupos. Inicialmente foram propostas duas alternativas de horários - durante a semana em horários extra reuniões ou durante as próximas plenárias, com palestras de 20 minutos de duração.

A apresentação seguiu com a proposta da estrutura da lei e os principais pontos de mudança em relação ao Plano Diretor em vigor, a saber: uma lei única integrando o Plano Diretor com o parcelamento, uso e ocupação do solo, a adoção e regulamentação do coeficiente básico um ou menor para toda a cidade. Por fim, foram apresentados os principais pontos da lei que devem ter diálogo entre os diversos grupos.

Os coordenadores dos grupos fizeram breves relatos sobre os trabalhos da semana antes do início do debate aberto na plenária.

Dentre as diversas falas, houve os seguintes questionamentos e queixas : problemas tecnológicos nas reuniões, com falhas de conexão dos participantes e apresentadores, o que dificulta o trabalho; demanda pela abertura dos microfones de todos os participantes em todas as reuniões por todo o tempo; alteração da metodologia com enquetes sendo respondidas apenas pelos representantes externos à Prefeitura, isonomia nos tempos das falas; eliminação de apresentações pela Prefeitura nas plenárias.

Foi também rechaçada a proposta de ampliação do número de reuniões semanais, com a indicação de reorganização dos grupos para abrigar as eventuais apresentações de especialistas. Houve a sugestão de tornar as reuniões dos grupos quinzenais, intercalando com reuniões entre os grupos para assuntos comuns nas semanas alternadas.

Foi solicitada a relatoria compartilhada dos grupos de trabalho. Foi criticada a linguagem técnica, e o conteúdo complexo, de difícil entendimento por setores populares. Foi demandado por diversos participantes da plenária a extensão do cronograma.

O Secretário de Planejamento Urbano, bem como os coordenadores dos trabalhos ouviram as críticas, esclareceram alguns pontos da metodologia, concordaram com a necessidade de manter os horários de reuniões restritos aos previstos no Edital de Chamamento Público. Foi enfatizada pelo Secretário a necessidade de se manter o cronograma, tendo em vista o longo período de estudos e discussões que antecederam essa etapa de elaboração da lei, além da premência por mudanças na legislação em vigor, que não possui mecanismos para viabilizar a função social da cidade.